

EDITORIAL

DINÂMICA DEMOGRÁFICA EM SANTA CATARINA NO SÉCULO XXI

O tema da demografia vem se transformando em um dos mais importantes assuntos dos debates contemporâneos, tendo em vista os impactos que os movimentos populacionais geram sobre a dinâmica econômica, social e política das sociedades. De um modo geral, nota-se que a mobilidade demográfica produz efeitos sobre a distribuição do conjunto da população, tanto em termos da situação domiciliar como em termos da conformação das próprias cidades.

Ao longo das últimas décadas foram observadas duas tendências básicas no estado de Santa Catarina: por um lado, constatou-se um processo de esvaziamento de áreas rurais em diversas regiões e, por outro, verificou-se a concentração da população nas áreas litorâneas do estado. Esse duplo movimento fortaleceu a tese defendida por muitos analistas de que em Santa Catarina estaria ocorrendo uma “litoralização” da população. De certo modo, o Censo Demográfico do IBGE de 2010 confirmou esse processo de mudança populacional que estava em curso em Santa Catarina desde o início dos anos de 1990, movimento este que levou a uma concentração de grande parte da população em áreas litorâneas, concomitantemente ao aparecimento de vazios demográficos em algumas microrregiões do interior.

Estes temas estiveram no centro das preocupações da Reforma Político-Administrativa do Estado implementadas por diversos governos de Santa Catarina a partir do ano de 2003. Na maioria dos casos, as ações visavam reduzir as disparidades regionais e, ao mesmo tempo, estancar o processo de deslocamento das populações das áreas rurais e de cidades do interior do estado em direção ao litoral.

É neste contexto que estudos sobre migrações internas em Santa Catarina continuam sendo de grande relevância para a compreensão geral da dinâmica demográfica estadual. Entendemos que essa questão está diretamente relacionada à concentração espacial das atividades produtivas e aos pilares que balizam o sistema capitalista de produção no estado catarinense. O surgimento de novas espacialidades só vem a confirmar a complexidade do problema, ao mesmo tempo em que abre portas para investigações futuras sobre o tema.

Foi pensando nesta direção que se organizou esse número especial da Revista NECAT, cuja temática está sendo abordada de diferentes maneiras, porém sem deixar de contextualizá-la no cenário nacional.

O primeiro artigo, “Migrações interna no Brasil: tendências para o século 21”, de autoria de Rosana Baeninger, busca apresentar novas explicações para as migrações no século

XXI à luz dos processos migratórios interno no Brasil no período entre 1970 e 2000. Para isso, a autora foca suas atenções na condição migratória em todas as unidades da federação no período entre 2000 e 2010.

Segundo a autora, “o cenário migratório do século 21 apresenta dois grandes vetores redistributivos nacionais. O primeiro é caracterizado pela “dispersão migratória metropolitana”, que em nível nacional é marcado pelos significativos volumes de migrantes de retorno interestaduais, em especial que partem das metrópoles brasileiras para outros estados. O segundo vetor se verifica no âmbito intra-estadual que também sai das metrópoles, com a conformação de importantes fluxos migratórios metrópole-interior. Indica, portanto, a “interiorização migratória”, onde trajetórias migratórias de mais curtas distâncias envolvem aglomerações urbanas e espaços não-metropolitanos, expressos na maior retenção de população migrante nos estados e nas regiões demográficas”.

Dentre as principais conclusões, destaca-se que “as migrações interestaduais no Brasil hoje espelham processos de interiorização da urbanização, de novas alocações de atividades econômicas, de reconfigurações regionais, onde se diversificam e se alteram os projetos migratórios dos indivíduos. A grande área de retenção migratória nacional do século 21 é o Estado de Goiás, e não mais os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Tais estados passaram a se configurar como áreas de rotatividade migratória com intensas idas-e-vindas de migrantes. As migrações de curta distância e no âmbito dos próprios estados, por sua vez, também refletem processos sociais importantes, com destaque para o último fio das migrações rurais-urbanas e a predominância das migrações urbanas-urbanas, em especial nos estados do Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina”.

Em síntese, a autora nos mostra que “em um contexto de enormes transformações na dinâmica produtiva, onde o setor terciário tem importante papel e o emprego na indústria oscila conforme o mercado internacional, a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira”.

O segundo artigo, “Fontes de dados demográficos e estudos de população em Santa Catarina”, de autoria de Luís Felipe Aires Magalhães, analisa a disponibilidade, importância e problemas das principais fontes de dados demográficos quando se procura pesquisa e estudar a realidade social catarinense. Para o autor, “o conhecimento destas fontes de dados demográficos é importante para um diagnóstico mais detalhado e verossímil da realidade, o qual formulará, por seu turno, análises de conjuntura, planejamentos, avaliações de programas e estudos socioeconômicos de melhor qualidade”.

Assim, “tanto para formuladores de políticas públicas quanto para pesquisadores e grupos de estudos que lidam diretamente com o tema populacional, entender as características desta população (em termos de idade, sexo, localização no espaço, renda e mobilidade, por exemplo) requer necessariamente o domínio destas fontes e o entendimento de como extrair e refletir criticamente sobre estes dados – que também possuem seus limites e problemas, conforme veremos”.

Na sequência o autor apresenta e discute as principais fontes de dados populacionais disponíveis em Santa Catarina. Neste caso, destacam-se o Censo Demográfico (CD), que é uma fotografia estática da realidade populacional do país e/ou das unidades da federação; o Registro Civil (RC), que é a principal fonte de informações dinâmicas porque apresenta dados sobre alterações no tamanho e composição da população; a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que investiga as condições sociais, com ênfase nos temas do trabalho, renda, educação, saúde, nutrição, habitação, saneamento básico, etc.; e a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), a qual disponibiliza informações sobre a composição do orçamento doméstico e as condições de consumo das famílias brasileiras.

Em síntese, para o autor o conjunto dessas informações demográficas e suas fontes serão tão mais próximos à realidade quanto maior for a sua disponibilidade, a sua regularidade (frequência) e sua qualidade (abrangência).

O terceiro artigo, “A dinâmica demográfica em Santa Catarina no período posterior a 1991”, de autoria de Carla Craice e Thiago Pezzo, apresenta as principais características demográficas do estado de Santa Catarina, bem como de suas seis mesorregiões no período entre 1991 e 2010. Para tanto, são enfocados a composição, crescimento e distribuição populacional numa perspectiva de que “as características de determinada população são resultados, grosso modo, de processos sociais, econômicos, políticos não só internos à área como também nas relações com outros espaços”.

Assim, após identificar os principais fatores sociais e econômicos que contextualizam a atual situação demográfica de Santa Catarina, os autores destacam as mudanças em termos de crescimento e distribuição da população no conjunto do estado, bem como nas seis mesorregiões, mostrando que “a dinâmica recente de Santa Catarina caracteriza-se por um processo de redistribuição de sua população, com crescimento populacional – sobretudo via saldos migratórios positivos – e concentração de sua população no litoral do território catarinense”.

De um modo geral, o artigo mostra que há um predomínio de fixação da população em áreas urbanas, ao mesmo tempo em que se observa uma diminuição contínua da população domiciliada em áreas rurais, especialmente nas mesorregiões Oeste e Sul Catarinense. Além disso, verificou que a população catarinense não se distribui homoganeamente pelo território, ocorrendo certa concentração em determinadas mesorregiões, com destaque para os casos do Vale do Itajaí e do Norte Catarinense.

Esse processo histórico tem provocado “uma elevação da concentração populacional (40% da população catarinense vive nas dez maiores cidades do estado, que ocupam, por seu turno, apenas 3,4% do território barriga-verde), especialmente no litoral do estado”. Além disso, o estudo mostrou que, em termos das trocas migratórias do estado de Santa Catarina com as demais Unidades da Federação, o estado totalizou um ganho no período considerado de 206.701 pessoas, o que significa que mais pessoas chegam à Santa Catarina, comparativamente àquelas que saem do estado.

O quarto artigo, “Migrações, desruralização, urbanização e violência em Santa Catarina”, de autoria de Juliano Giassi Goularti, analisa a mobilidade espacial no estado de Santa Catarina no período entre a segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI, tratando as migrações internas como “um fenômeno estrutural que segue o processo de industrialização e por melhores condições de vida”.

Para o autor, “as principais determinações do processo de urbanização em Santa Catarina entre os anos de 1960 e 2010 decorreram, basicamente, da industrialização, da especialização regional e das políticas de desenvolvimento regional desigual”. Segundo dados do IBGE (2011), a taxa de urbanização no estado passou de 21,32%, em 1940, para 59,41%, em 1980, e para 83,90%, em 2010.

Esse movimento provocou uma concentração populacional, tanto nas grandes cidades como na região litorânea. Assim, atualmente 12 municípios possuem população acima de 100.000 mil habitantes e somente um município detém população acima de 500.000 mil (Joinville). Ao mesmo tempo, o estado possui 36 municípios costeiros que representam $\frac{1}{3}$ da população catarinense, com uma densidade demográfica de 187 hab/km², sendo que a densidade demográfica no estado no ano de 2010 era de 65,27 hab/km². Além disso, verifica-se que entre 2000 e 2010 cresceu de 47 para 55 o número de municípios com população de 1 até 3.000 mil habitantes e ocorreu uma diminuição de 41 para 29 do número de municípios com população entre 5.001 até 7.000 mil habitantes, o que indica que houve uma migração da

população residente. Por fim, é digno de registro que entre o último período censitário notou-se que, dos 293 municípios catarinenses, 99 deles registraram perdas populacionais.

Em síntese, os dados analisados permitiram ao autor afirmar que “nas últimas décadas Santa Catarina vem vivenciando um amplo processo de transformação no que se refere a sua distribuição populacional. Uma dessas transformações é que, enquanto os municípios litorâneos receberam migrantes e apresentaram crescimento populacional acima da média estadual, os municípios do Planalto Serrano e do Oeste catarinense sofreram uma redução populacional ou apresentaram saldos migratórios negativos, ou seja, estão vivenciando um processo de desruralização”.

O quinto artigo “Segregação sócioespacial na região da Grande Florianópolis: alguns apontamentos históricos e estatísticos”, de autoria de Luís Felipe Aires Magalhães e Vitor Hugo Tonin, discute o processo de segregação sócioespacial em curso na Grande Florianópolis procurando apontar suas origens e suas principais consequências, especialmente sobre as condições de vida e de moradia. Por um lado, serão abordadas as contradições sociais e econômicas no espaço urbano da Grande Florianópolis e, por outro, o surgimento e desenvolvimento de movimentos populares que lutam por moradia.

Para os autores, “a segregação sócioespacial na Grande Florianópolis não é um fenômeno recente, pelo contrário: trata-se de um processo, atualmente em curso acelerado, vigente na região desde a passagem do século XIX ao século XX, quando da ocupação da região insular da Grande Florianópolis e da pressão para que a população negra deixasse de habitar o centro da cidade”. Com isso, observa-se que a população de Florianópolis cresceu por meio do balanço destes movimentos externos e internos e do acúmulo destas contradições urbanas.

Com isso, concluem que “o crescimento populacional de Florianópolis, associado à apropriação do espaço pelos grupos econômicos vinculados à especulação imobiliária e ao setor de turismo, se dá em um contexto de segregação sócioespacial, espoliação urbana e superexploração da força de trabalho. Estes três pontos associam-se entre si e promovem uma alteração na dinâmica urbana da cidade: o crescente processo de periferização não apenas vertical como também horizontal, ou seja, a expansão da ocupação de áreas ainda mais isoladas do centro urbano, nas periferias de São José e de Palhoça, especialmente. Em outras palavras, a segregação sócioespacial rompe os limites insulares; de um processo em curso no município de Florianópolis, torna-se um fenômeno social urbano capaz de organizar a vida e a

ocupação do solo mesmo nas cidades mais próximas (São José, Palhoça e Biguaçu), que são incorporadas, com isto, à dinâmica de valorização fundiária irradiada desde a ilha”.

Com mais este número de sua revista eletrônica, o NECAT espera estar dando sua contribuição sobre a realidade catarinense, particularmente no tema relativo ao dinamismo populacional em curso no estado.